

Ata da 15ª Reunião da Rede PNAFM Fortaleza/CE

1. DATA E LOCAL	
Data: 11 e 13/09/2017	Local: Fortaleza/CE
2. PARTICIPANTES	
Todos os constantes da lista de frequência no item 4.	
3. DIA 11/09/2017	
<p>A reunião foi aberta com a formação da mesa de autoridades composta pelos representantes da Caixa, da UEM Fortaleza, pelos presidentes do COGEP (UCP e municipal) e pelo Secretário Executivo de Finanças de Fortaleza/CE.</p> <p>O Sr. Celson Lélis, Gerente de Governo da Caixa, colocou em sua fala que sem o PNAFM a área fiscal de Fortaleza estaria bem diferente e que é uma satisfação poder participar dessa conquista com o município. O Sr. Victor Zajdhaft, Presidente do COGEP representando os municípios, ressaltou em sua fala que os encontros são necessários para manter a sinergia em torno do PNAFM e elevar o nome do programa, divulgar os resultados que se tem alcançado e continuar com a troca de experiências ouvindo as realizações de outras prefeituras. O Sr. Francisco Falcão, Coordenador Geral da UEM de Fortaleza, disse que o propósito maior do PNAFM é o fortalecimento do federalismo e deu boas vindas a todos os participantes. O Sr. Luiz Palmeira, Presidente do COGEP representando a UCP/MF, reforçou a fala dos membros da mesa quanto à integração das equipes. Colocou que o país passa por uma situação delicada das finanças públicas e que esse problema não atinge só as esferas Federal, Estadual e Municipal, mas a todos nós, por isso, a importância da integração.</p> <p>Após as palavras de boas vindas, foi apresentada a palestra “O papel da Tecnologia da Informação na Modernização da Secretaria de Finanças de Fortaleza: Avanços e Perspectivas” pelo Coordenador de TI da SEFIN/Fortaleza Paulo Henrique Aguiar.</p> <p>Luiz Palmeira da UCP parabenizou o palestrante pela excelente explanação e em seguida iniciou suas “Considerações sobre a Reunião do Grupo de Diálogo Técnico da Rede de Descentralização e Gestão Fiscal Subnacional da América Latina e Caribe”, ocorrida em Washington, de 30/08 a 01/09/2017. No primeiro dia houve uma reunião dos coordenadores da rede com participação de representantes dos países da América Latina e Caribe. Luiz informou que as apresentações serão disponibilizadas pelo BID e colocadas no site na UCP para que todos tenham acesso. A rede conta com recursos na ordem de 600.000 US\$ e 70.000 de contrapartida e 38 meses para execução. Com esses recursos estão sendo realizados alguns eventos para integrar os países da América do Sul e Caribe em ações de Descentralização Fiscal. No caso do Brasil, especificamente, o modelo de federalismo fiscal já contempla essa descentralização. Os Estados e Municípios já possuem autonomia fiscal para gerir seus recursos. Mas há países em que tudo está muito unificado num governo central como é o caso do Uruguai, onde o governo é quem cuida da arrecadação do IPVA. O IPTU ainda é bem arcaico. Na próxima reunião Luiz irá sugerir a apresentação de alguns casos brasileiros. Durante esta 1ª reunião foi solicitada a criação de um site que já está sendo desenvolvido por empregados do banco e será sediado na Argentina. O site terá um campo de boas práticas, por assunto e deve estar funcionando no início de 2018. Em 2018 haverá outros fóruns e os municípios integrantes do COGEP poderão participar desses encontros. Victor questionou se há condições de inserir no projeto do PNAFM 3 uma previsão de participação em eventos como esse e Luiz informou que sim.</p> <p>Na parte da tarde o tema “Encerramento do PNAFM 2(PCR e Auditoria) foi abordado pelo Josenilson Torres Veras da UCP. Após sua apresentação pessoal e dos demais da equipe, Josenilson falou sobre o Relatório de Finalização de Projeto – PCR, que ao final da execução dos projetos é elaborado visando atender recomendações do BID e dos órgãos de controle. A apresentação foi a mesma feita em Pomerode na 14ª COGEP e resalta que o PCR deve ser bem elaborado pois é importante que se demonstre os impactos que o projeto teve. O principal objetivo do PCR, além do registro e histórico do projeto, é demonstrar o impacto e a efetividade do programa para o município, descrevendo as melhorias que o PNAFM trouxe para o fortalecimento da gestão fiscal e para a melhoria da arrecadação, finalizando com uma demonstração de resultados. Josenilson sugeriu que os municípios enriqueçam o relatório com dados e imagens e informou que o modelo do PCR está no site da UCP. Em seguida ele apresentou o PCR de Fortaleza, como exemplo e recomendou a manutenção atualizada dos registros do projeto para, eventualmente, responder aos órgãos de controle.</p> <p>Josenilson informou que no sistema SEEMP há uma aba própria para o registro dos apontamentos de auditoria e que a CGU consulta o sistema para acompanhamento das informações. Informou também quais são os municípios que</p>	

Ata da 15ª Reunião da Rede PNAFM Fortaleza/CE

apresentam pendências no sistema: Fortaleza, Florianópolis, Corupá, Balneário Piçarras, Gravatá, Indaial e Mossoró. Luiz ponderou que o PCR é um relatório de conclusão do programa e que a Coordenação de Monitoramento consolidará todos os relatórios dos municípios num único relatório (PCR) do programa para os municípios que contrataram 2.1 e 2.2. Ficou combinado que o Josenilson, ao retornar, elaborará uma metodologia para que os municípios apresentem um só relatório. Aquele município que já tiver iniciado seu PCR poderá fazer apenas um complemento.

Na sequência foram apresentadas duas palestras sobre Boas Práticas da Prefeitura do Rio de Janeiro – “Carioca Digital e Táxi Rio” por Victor Zajdhaft, Coordenador-Geral da UEM do Rio de Janeiro.

A palestra se iniciou com a apresentação do “1746” que é a Central de Atendimento da Prefeitura, atualmente com mais de 1.500 tipos de serviços, com atendimento 24h por dia e 7 dias por semana para todos os tipos de chamados relacionados à Prefeitura. O índice de satisfação acumulado em 2017 é de 71,3% e 92,8% da central de atendimento. O sistema foi quase todo desenvolvido no primeiro contrato sendo a parte do teleatendimento toda terceirizada. Com o uso e a implementação do 1746 verificou-se que vários serviços demandavam uma relação com o usuário. Surgiu, então, a ideia de desenvolver um portal de atendimento individualizado do cidadão com a prefeitura, assim foi criado o Carioca Digital.

O Portal Carioca Digital foi desenvolvido em sua maior parte com recursos do PNAFM e o gerenciamento dos projetos é feito pela IPLAN RIO.

O outro tema apresentado foi o Táxi.Rio que é semelhante aos aplicativos UBER e Easy. O Táxi.Rio traz condições vantajosas para o taxista como redução das taxas, redução de custos e mais segurança com o monitoramento; para a Prefeitura como gestão aprimorada dos serviços com os táxis, parâmetro na definição de tarifas, geolocalização de todos os táxis e exportação do modelo para outras cidades; e para o cidadão como segurança da legitimidade do táxi, maior controle da qualidade do serviço, valores mais vantajosos para o serviço e maior e melhor disponibilidade de táxis em eventos. Os taxistas estão muito interessados e a previsão é de que todos migrem para o TÁXI.RIO.

Após o intervalo Luiz Palmeira teceu algumas considerações sobre o PNAFM 3. Ele lembrou aos presentes que no Balneário Piçarras foi apresentado o fluxo de como seria o PNAFM 3 e que o ideal é que a UEM fique subordinada à Secretaria de Finanças ou Fazenda. Esta sugestão de subordinação deve-se à consulta feita sobre os impactos fiscais e econômicos do PNAFM que indicaram muitos projetos ligados à área administrativa das Prefeituras, resultando em pouca penetração nas áreas finalísticas. Por esse motivo, então, propõe-se que a UEM fique ligada às áreas de Finanças ou Fazenda. Caso alguma UEM já criada logre êxito na contratação do PNAFM 3 será excepcionalizada evitando que gere uma agregação de custos para o município. No PNAFM 2 não são muitas UEM's que estão fora da regra. Hoje são 13 faixas populacionais no PNAFM 2 e para essa nova etapa foram criadas quatro subfaixas: municípios até 56 mil habitantes, municípios de 56 mil a 200 mil habitantes, municípios de 200 a 500 mil habitantes e os acima de 500 mil habitantes. A ideia é deixar que cada um concorra com os seus pares. Foi estabelecido um período de 6 meses para contratação nas respectivas faixas e findo esse prazo, todas as faixas serão agrupadas. Essa metodologia é para dar mais chance aos municípios menores de conseguirem contratar o financiamento. O contrato com o BID deve ser de 5 anos e a execução dos projetos será de 4 anos. A situação financeira do país nos obriga a ter produtos bons que proporcionem ao município um ganho de receita. Cada município deverá ter dentro da lista de produtos um produto obrigatório. Caso o município já tenha executado um desses produtos obrigatórios poderá apresentar justificativa para aplicar os recursos em outros produtos. Para as ações de elegibilidade o município deverá estar cadastrado na REDESIM. Isso facilitará muito na simplificação da abertura e fechamento das empresas. Esse processo envolve os três entes federados, logo todos deverão estar cadastrados na REDESIM. Para o município estar na rede o estado deverá estar cadastrado. Caso o estado não esteja cadastrado na REDESIM o município não conseguirá efetuar o seu cadastro. O SICONF contém o registro das informações fiscais mas não é pré-condição para contratação. Apesar das dificuldades dos municípios em lançar os dados no sistema é muito importante ter os registros cadastrados e atualizados para ter a elegibilidade do projeto. Além disso, será necessária uma atualização da Nota Fiscal Eletrônica para que se possa trabalhar em uma mesma base de dados municipal, estadual e federal. Victor questionou se a Nota Fiscal Nacional seria o mesmo que a Nota Fiscal Eletrônica. Luiz disse que não conhece mas que parece ser a mesma coisa e que precisa verificar.

A graduação e a aprovação dos projetos do PNAFM 3 será feita pela COOPE, no seguinte fluxo: primeiro o projeto será aprovado pela COOPE e posteriormente pelo BID. Depois a COOPE autorizará a Caixa para que ela receba os documentos para inclusão no SADIPEM. Após a aprovação pelo Tesouro é que o projeto estará apto para contratação. Isso não quer dizer que o primeiro projeto aprovado será o primeiro projeto assinado. Os primeiros projetos contratados serão aqueles

Ata da 15ª Reunião da Rede PNAFM Fortaleza/CE

que o Tesouro autorizar primeiro.

Pelo agrupamento serão atendidos uns 10 municípios de capitais. Quando o recurso daquela faixa acabar, o décimo primeiro município autorizado pelo Tesouro ficará aguardando o prazo estipulado de seis meses. Ao final de cada faixa os recursos serão unificados numa única faixa e o saldo será disponibilizado para todos os municípios, independentemente da faixa.

Sérgio informou que 180 dias é o prazo dado pelo Tesouro. O prazo de seis meses da faixa seria a partir do primeiro contrato assinado naquela faixa. A entrada dos projetos será exclusivamente pelo SEEMP.

André de Fortaleza perguntou como será dado o acesso aos novos municípios que não conhecem o sistema. Luiz informou que todos terão condições iguais para o acesso para que todos concorram de igual para igual. A ideia é a realização de workshops para poder explicar todas as regras do programa, apresentar o sistema e enumerar os documentos legais necessários. Os workshops serão realizados no momento em que o contrato entre a União e o BID for assinado. Será feita uma consulta aos municípios para que confirmem o interesse em aderir à nova etapa do programa. Confirmado o interesse, o município indicará duas pessoas, uma que fale em nome da Prefeitura e outra com perfil técnico para participar do workshop e serem cadastradas no SEEMP. A proposta inicial era fazer os workshops por região de acordo com o quantitativo de municípios, mas após análise da UCP ficou decidido a realização dos workshops por faixa de empréstimo.

O processo do PNAFM 3 passa por ações internas no Ministério da Fazenda para cumprimento de requisitos para assinatura do contrato. Um deles é o cumprimento da LRF em todas as esferas de governo atestando que os limites estão sendo cumpridos. O processo foi encaminhado pelo Tesouro Nacional à PGFN, com o ateste de adimplência do Poder Executivo. A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ao examinar a matéria questionou se o Legislativo e o Judiciário estavam cumprindo os limites e o Tesouro respondeu que sempre só atestou os dados do Poder Executivo, já que os demais poderes lançam as informações no SICONF apenas para registro. A UCP então encaminhou análise feita pelo TCU sobre o 2º quadrimestre de 2016, onde atesta que todos os poderes estão cumprindo os limites estabelecidos na LRF. A Procuradoria então solicitou os dados do último quadrimestre de 2016. Como o TCU levaria um ano para ter os dados, a equipe da UCP fez um trabalho junto aos órgãos competentes em atestar o cumprimento da Lei e restituiu novamente à Procuradoria, que, por sua vez, acatou os dados e encaminhou o processo para o Tesouro para atestar. O Tesouro não se manifestou pois entende que a responsabilidade é dos órgãos. Se tudo estiver OK volta para o Ministro para assinatura. O valor da carteira é de 150 milhões de dólares.

No 2º dia (12/09/2017) foi realizado o Seminário “Recuperação da Dívida Ativa para o Equilíbrio das Finanças Públicas” no Auditório da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Ceará, Rua Barão de Aracati, 909, Meireles, Fortaleza/CE.

O 3º dia da reunião, segundo dia do encontro do COGEP, iniciou-se com Luiz Palmeira fazendo considerações sobre o citado Seminário. Josenilson comentou que foi um Seminário muito rico, um pouco extenso, mas com muita informação, e que reuniu várias pessoas que trabalham com o tema, todas com muita experiência, num único evento.

Victor colocou que os palestrantes fizeram excelentes explicações

Falcão relatou que é uma área nova para ele e fez uma comparação com um condomínio onde há dificuldade de gestão. Comentou sobre alguns tipos de punições e que se não houver uma legislação que trate da questão fica difícil. A palestra que mais lhe chamou a atenção foi a do CIRA, apresentada pelo Glison Pinheiro.

Na sequência abriu-se para os presentes uma avaliação sobre a inclusão ou não de Seminários/workshops durante as reuniões do COGEP.

Na sequência, Sérgio Martins da UCP falou sobre o encerramento do PNAFM 2 (Prazos e Demonstrações Financeiras).

Luiz ressaltou que a UCP existe para colaborar com os municípios e não para simplesmente fazer cobranças. Recomendou aos municípios que não deixem chegar ao final da execução para encaminhar os pagamentos mas que, de preferência sejam encaminhados até o dia 20 de outubro próximo, no máximo.

Edlene sugeriu o envio de um Ofício ao Secretário comunicando o final da execução dos projetos e a necessidade de liquidação do saldo para honrar os pagamentos.

Sérgio continuou sua apresentação falando sobre outro problema: Disponibilidade de Aporte Local

Luiz Palmeira, na sequência, colocou em discussão a montagem/realização da próxima reunião do COGEP. Ele lembrou

Ata da 15ª Reunião da Rede PNAFM Fortaleza/CE

que depois do dia 30/10/17 todos os projetos estarão encerrados e que agendar um novo encontro para dezembro pode ser complicado. Nesta 15ª Reunião participaram 11 municípios o que representa 50% da nossa carteira. Luiz informou que o BID está planejando em conjunto com a UCP, uma reunião de encerramento do PNAFM 2 no mês de dezembro, mas ainda não sabemos como será a participação dos municípios. Colocou para reflexão o agendamento de uma possível data e local. Eduardo de Biguaçu sugeriu o envio de um Ofício para o Secretário ou Prefeito como forma de viabilizar a participação nesse encontro de encerramento. Edlene disse que poderia ser usado alguma abordagem sobre o PNAFM 3. Luiz respondeu que caso seja assinado o PNAFM 3 haverá um encontro específico para ele e que não vê como vincular o encerramento do PNAFM 2 com o PNAFM 3 pois a ideia é fazer um encontro somente para o encerramento do PNAFM 2. A proposta é que os municípios façam um encaminhamento apontando uma proposta de realização de um encontro para o final de novembro ou início de dezembro.

Victor informou que não há viabilidade financeira do Rio participar a não ser que seja com recursos próprios. Eliane do Rio reforçou que usar o foco no PNAFM pode viabilizar a participação e Eduardo de Biguaçu diz que dependendo do local seria mais fácil a participação. Luiz concordou com Eduardo mas adiantou que eventos em Brasília são muito dispendiosos.

Luiz ressaltou que o evento de encerramento será para que os municípios apresentem seus projetos e suas conquistas e que a data ideal será no final de novembro ou início de dezembro. Ficou decidido que os municípios informarão se haverá possibilidade de participação.

Luiz agradeceu a participação de todos no encontro do COGEP e no Seminário. Agradeceu a dedicação e empenho da equipe de Fortaleza.

Victor agradeceu a hospitalidade costumeira de Fortaleza que nos recebeu pela terceira vez e reforçou a fala do Sérgio para que todos fechem com êxito seus projetos.

Falcão agradeceu a presença de todos e desejou um bom retorno aos seus lares, colocando Fortaleza sempre à disposição para novos encontros.

4. LISTA DE FREQUÊNCIA



Ata da 15ª Reunião da Rede PNAFM Fortaleza/CE

F R E Q U Ê N C I A							
Evento	15ª Reunião do Comitê Gestor da Rede PNAFM - COGEP			Nº do projeto	10.10.34.10055.17.17	Local	Fortaleza/CE
Período	11 e 13/09/2017		Carga Horária	13 horas	Percentual para certificação		75%
Nº	Nome Completo	Órgão	Cidade/UF	11/09/2017		13/09/2017	Certificação
				Segunda-Feira		Quarta-Feira	
				Manhã	Tarde	Manhã	
01	Ana Lúcia Wilvert	Prefeitura	Balneário Piçarras/SC	S	S	S	S
02	André Ramos Ferreira	Sefin	Fortaleza/CE	S	S	S	S
03	Antônio Ricardo de Medeiros	Prefeitura	Mossoró/RN	S	S	S	S
04	Claus I. Gruetzmacher	Prefeitura	Pomerode/SC	S	S	S	S
05	Eder Ferreira da Silva	Prefeitura	Campo Grande/MS	S	S	S	S
06	Edlene Valente Benevides	Sefin	Fortaleza/CE	S	S	S	S
07	Eduardo Lopes Jonker	Prefeitura	Biguaçu/SC	S	S	S	S
08	Eliane Almeida de Vilhena Totti	Prefeitura	Rio de Janeiro/RJ	S	S	S	S
09	Felipe Toledo Bittar	Prefeitura	São Paulo/SP	S	S	S	S
10	Francisco de Assis Pinto Falcão	Sefin	Fortaleza/CE	S	S	S	S
11	Genrado Riemer	Prefeitura	Pomerode/SC	S	S	S	S
12	Grace Kelly Damaceno Borges	Prefeitura	Campo Grande/MS	S	S	S	S
13	Gutemberg Ferreira de Vargas Junior	Prefeitura	Campo Grande/MS	S	S	S	S
14	Heliete Martins	Prefeitura	Balneário Piçarras/SC	S	S	S	S
15	Hélio de Matos Correa Júnior	Consultor	São Paulo	S	S	S	S
16	Jaime Eduardo Jensen	Prefeitura	Pomerode/SC	S	S	S	S
Evento	15ª Reunião do Comitê Gestor da Rede PNAFM - COGEP			Nº do projeto	10.10.34.10055.17.17	Local	Fortaleza/Ce
Período	11 e 13/09/2017		Carga Horária	13 horas	Percentual ara certificação		75%
Nº	Nome Completo	Órgão	Cidade/UF	11/09/2017		13/09/2017	Certificação
				Segunda-Feira		Quarta-Feira	
				Manhã	Tarde	Manhã	
17	Josenilson Torres Veras	Ministério Da Fazenda	Distrito Federal	S	S	S	S
18	Kátia Cristina Ericeira Lobo Borba	Prefeitura	Balneário Piçarras/SC	S	S	S	S
19	Kênia Lilian da Silva Santos	Sefin	Fortaleza/CE	S	S	S	S
20	Kleidinar Alves de Faria	Governo	Brasília/DF	S	S	S	S
21	Líclia Maria Viana Bezerra	Sefin	Fortaleza/CE	S	S	S	S
22	Luiz Alberto de Almeida Palmeira	Ministério Da Fazenda	Distrito Federal	S	S	S	S
23	Mariana Blank Stortz	Prefeitura	Pomerode/SC	S	S	S	S
24	Mauri Edgar Padilha de Lima	Prefeitura	Corupá/SC	S	S	F	S
25	Regieon Bragança Siqueira	Ministério Da Fazenda	Distrito Federal	S	S	S	S
26	Rodrigo de Andrade	Prefeitura	São José/SC	S	S	S	S
27	Rogério de Souza Leitão	Governo	Brasília/DF	S	S	F	S
28	Sérgio Martins da Silva	Ministério Da Fazenda	Distrito Federal	S	S	S	S
29	Silvana Dallagnol	Prefeitura	Balneário Piçarras/SC	S	S	S	S
30	Victor Zajdhaft	Prefeitura	Rio de Janeiro/RJ	S	S	S	S



**Ata da 15ª Reunião da Rede PNAFM
Fortaleza/CE**

Nº	Nome Completo	Órgão	Cidade/UF	11/09/2017		13/09/2017	Assinatura
				Segunda-Feira		Quarta-Feira	
				Manhã	Tarde	Manhã	
31	MARTA LUCIA GOES TAVORA	SEFIN	FORTALEZA/CE	<i>[assinatura]</i>	<i>[assinatura]</i>	F	S
32	ADRIANA ISLAIA CARNEIRO LEAL	SEFIN	FORTALEZA/CE	<i>[assinatura]</i>	F	F	N
33	PAULO HENRIQUE AGUIAR	SEFIN	FORTALEZA/CE	<i>[assinatura]</i>	F	F	N
34	JANINE CAVALCANTE	SEFIN	FORTALEZA/CE	<i>[assinatura]</i>	F	F	N
35	GLEICIANE VIANA NOGUEIRA	CAIXA ECONOMICA	FORTALEZA/CE	<i>[assinatura]</i>	F	F	N
36	INES SILVIA C.N. PINHEIRO	CAIXA	FORTALEZA/CE	<i>[assinatura]</i>	F	F	N
37	GELSELEIS CARNEIRO	CAIXA	FORTALEZA/CE	<i>[assinatura]</i>	F	F	N
38	GISELE MONT ALVERNE BARRETO	CAIXA	FORTALEZA/CE	<i>[assinatura]</i>	F	F	N
39	RAFAEL LEITE	CAIXA	BRASILIA/DF	<i>[assinatura]</i>	<i>[assinatura]</i>	F	N